



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E UM

“Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento”

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, no Cine Teatro de Almeirim, pelas vinte e uma horas e sete minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objetivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos-----

-----Ordem de Trabalhos-----

(Alínea C, número um do artigo vinte e nove da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro)

UM – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO; -----

DOIS – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E VINTE, DE PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E VINTE, BEM COMO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS; -----

TRÊS – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DE DOIS MIL E VINTE E UM; -----

QUATRO – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO “REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO”, APÓS DEBATE PÚBLICO; -----

CINCO - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E A FREGUESIA DA RAPOSA, E OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL; -----

SEIS – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO JÚRI PARA RECRUTAMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU, NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AUTÁRQUICA PARA A UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE TERCEIRO GRAU DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E ATENDIMENTO; -----

SETE - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À FREGUESIA DE ALMEIRIM PARA AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL E EQUIPAMENTOS FITNESS PARA A TAPADA; -----

OITO - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE DOIS MIL E VINTE E UM. -----

NOVE - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DE ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DEZ - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA DESIGNAÇÃO DO JÚRI PARA RECRUTAMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU, NA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AUTÁRQUICA PARA A UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE TERCEIRO GRAU DE DESPORTO. -----

ONZE - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PLANO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS, DOS MUNICÍPIOS DE ALMEIRIM, ALPIARÇA E CHAMUSCA PARA DOIS MIL E VINTE, DOIS MIL E VINTE E NOVE. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo senhor presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, conjugado com o número um, alínea **b**) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço (Presidente da mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal); Teresa Isabel Almeida filipe, (segundo secretário da mesa da Assembleia Municipal); Manuel Bastos Martins; Helena Maria Martinho Lopes Cláudio, Gustavo Gaudêncio da Costa; Alfredo da Silva Trindade; José Manuel Coutinho Lopes; Nuno Miguel Silva Pinhão Dâmaso Fazenda; Rui Manuel de Oliveira Pinto Pires; Cláudia Raquel Landeiro Raposo Pina Nunes; João Bernardo Torcato de Sá e Seixas; Paulo Alexandre da Silva Colaço; Rui Miguel Pacheco Jorge da Neta; Carla Marina Sousa de Jesus Silva; Domingos Manuel Monteiro Martins; Pedro André Marques Rodrigues; Eduardo Fernando Rodrigues A. A. Oliveira; Marta Cristina Ferreira Martins; Paulo Rui Marques Olivença de Almeida; Joana Nunes Carvalho; José Manuel Figueiredo Nunes Santos (Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim de Deus Catalão (Presidente da Junta de Almeirim); Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro (Presidente de Junta da Raposa); Cândida Isabel Conceição Lopes (Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do executivo municipal o senhor Pedro Miguel César Ribeiro (Presidente da Câmara Municipal); Paulo Vladimiro Santana Caetano (vice-presidente); Maria Emília Moreira (vereadora); Rui Manuel farinha Freire Rodrigues; Eurico Manuel Lopes Henriques (vereador); Ana Sofia da Fonseca Casebre (vereadora) e Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (vereadora. -----

Registo de faltas na sessão ordinária de abril de dois mil e vinte e um: António Manuel da Cruz Martins e João Manuel Fulgêncio Pisco Apolinário. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sendo vinte e uma horas e sete minutos, declarou o senhor presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão ordinária de abril de dois mil e vinte e um. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Boa noite a todo o executivo municipal, deputados municipais e público presente. Existe quórum na Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um. -----

Estão presentes os vinte e cinco membros que compõem esta Assembleia. Ou seja, vinte elementos do grupo do PS, três do grupo da CDU, e dois da coligação INOVAR ALMEIRIM (PPD/PSD.MPT). -----

-----**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**CORRESPONDÊNCIA**-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento) -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia de fevereiro de dois mil e vinte, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício com assuntos a incluir na sessão ordinária da Assembleia Municipal no mês de abril de dois mil e vinte e um e ofício a enviar certidões relativas aos assuntos apreciados nas reuniões de Câmara de abril, para serem apreciados na AM. -- VOZ DA MISERICÓRDIA – Envio jornal relativo ao mês de fevereiro e março de dois mil e vinte e um. -----

ANMP – Ofício a enviar Boletim informativo número onze. -----

JUNTA DE FREGUESIA DE RAPOSA – Ofício a enviar informação relativa ao cancelamento das festas tradicionais da Freguesia da Raposa em honra de Santo António. -----

António Manuel da Cruz Martins, Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro e João Manuel Fulgêncio Pisco Apolinário, enviaram ofício a justificar as suas faltas à sessão de Abril. -

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos agora à apreciação da ata da sessão ordinária do dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e um. -----

-----Apreciação e Votação das Atas-----

----- * **Votação da ata** da sessão ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e um, com vinte e dois votos a favor, dezoito do grupo do PS, dois do Grupo da CDU e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). Três abstenções, duas do grupo do PS e uma do Grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Existem declarações de Votos? -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

António José Carvalho Dionísio (Grupo do PS) »» A minha abstenção é por não ter participado na sessão ordinária de fevereiro. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PAULO ALEXANDRE DA SILVA COLAÇO (Grupo da CDU) »» A minha abstenção é pelos mesmos motivos da intervenção anterior. Por não ter participado na sessão ordinária de fevereiro de dois mil e vinte. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos agora aos assuntos de interesse local nos termos da alínea b) do artigo trinta e três do Regimento. -----

(Assuntos de Interesse Municipal)

(Alínea d) do artigo trinta e três do Regimentos)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----
Não existido inscrições, passamos o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

VOTO DE SAUDAÇÃO

-----47º Aniversário da Revolução de Abril-----

JOANA NUNES CARVALHO (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos. -----

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional. -----

O vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um empolgante levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a quarenta e oito anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. -----

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. -----

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas, logo após o vinte e cinco de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de mil novecentos e setenta e seis. O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais e com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, nalguns casos até, excedendo em larga medida as suas competências. -----

Comemorar Abril, relevando o que o poder local representa enquanto conquista desse momento ímpar da nossa história coletiva, exige que se lhe reconheça as condições para o exercício das suas atribuições e competências. -----

Não basta tecer elogios ao poder local sem que se lhe atribuam os meios indispensáveis à sua autonomia e os recursos para o pleno exercício das suas responsabilidades. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Não basta repetir loas à descentralização e, ao mesmo tempo, manter bloqueada a criação das regiões administrativas que, quarenta e cinco anos depois de estar consagrada constitucionalmente, está por cumprir. -----

Não basta enaltecer a capacidade de realização das autarquias quando se tem em vista transferir competências sem meios financeiros correspondentes num processo que é, sobretudo, de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem e de transferência de encargos para as autarquias. -----

As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinalam os quarenta e cinco anos da Constituição da República, devem ser um momento para afirmar o Poder Local e o que ele representa de espaço de realização de direitos e aspirações populares. Um momento de afirmação da democracia, tanto mais atual quanto se desenham e se assumem abertamente projetos reacionários e antidemocráticos. -----

Comemorar Abril é também, nas atuais circunstâncias, fazer uma afirmação de confiança no futuro, mostrar que a vida pode e deve prosseguir criando todas as condições de prevenção e proteção, apontar o sentido de vivência coletiva, de partilha e de participação como indispensáveis à realização humana e à felicidade. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almeirim, reunida a vinte e nove de Abril de dois mil e vinte e um, delibera: -----

UM - Saudar os quarenta e sete anos da Revolução dos cravos; -----

DOIS - Manifestar o seu reconhecimento a todos os homens e mulheres que se opuseram e lutaram contra o regime fascista e aos militares que contribuíram para a restituição do regime democrático em Portugal; -----

Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril e da Constituição da República Portuguesa. -----

GUSTAVO COSTA (Grupo do PS) »» Boa noite a todos. -----

Este voto de saudação relativo aos quarenta e sete anos da revolução do 25 de abril, merece a concordância do nosso Grupo, e consequentemente a sua aprovação. -----

NUNO FAZENDA (Grupo INOVAR ALMEIRIM PPD/PSD-MPT) »» Boa a noite. -----

A minha intervenção é apenas para manifestar a nossa concordância com o Voto de Saudação. E, lembrar que este momento histórico deve continuar a ser lembrado e comemorado, como uma das mais importantes conquistas que contribui para um Portugal mais livre e democrático. -----

----- * **Votação do Voto de Saudação relativo 47º Aniversário da Revolução de Abril** - APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, com vinte e cinco votos. Vinte do grupo do PS, Três do grupo da CDU e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

VOTO DE SAUDAÇÃO

1º Maio – Dia do Trabalhador

PAULO ALEXANDRE COLAÇO (Grupo da CDU) »» Boa noite.

Depois do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, o primeiro de Maio Dia Internacional do Trabalhador - pôde voltar a ser comemorado livremente, com o fim do regime fascista que reprimia a sua celebração, sendo naquele ano a maior manifestação alguma vez realizada em Portugal, expressão inequívoca do poder de mobilização e da adesão dos trabalhadores e do povo português aos valores de Abril. --- Assinalar o primeiro de Maio significa valorizar e dignificar a luta de todos os trabalhadores e das suas organizações representativas, pelo direito ao trabalho, por um trabalho com direitos, contra a precariedade e exploração e por melhores condições de vida. -----

Infelizmente e face ao novo contexto da atual pandemia da Covid-19, têm sido inúmeras as empresas que têm encontrado uma oportunidade para justificar o despedimento de trabalhadores e retirar dividendos das reduções salariais ao abrigo dos processos de lay-off. -----

De facto, a atual crise epidémica tem potenciado uma grave diminuição das garantias e direitos laborais, comprometendo o poder de compra dos trabalhadores e das suas famílias, e interferindo e fragilizando diretamente a estabilidade económica do País. -----

É urgente dar respostas efetivas aos milhares de trabalhadores que ficaram sem trabalho e aos que viram os seus rendimentos reduzidos. É preciso dar voz à indignação e às reivindicações, trazendo a denúncia dos abusos e atropelos a que os trabalhadores estão a ser sujeitos. -----

É necessário continuar a luta pelo desenvolvimento ambiental, social e económico, pelo reforço das funções sociais do Estado, pela defesa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores e das suas famílias, pela valorização e efetivação das conquistas de Abril e pela soberania nacional. -----

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Almeirim, reunida em sessão ordinária no dia vinte e nove de Abril de 2021, delibera: -----

UM - Saudar o dia primeiro de Maio, todos os trabalhadores portugueses, bem como as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos; -----

DOIS - Pugnar pelo apoio a melhores condições de vida dos trabalhadores e suas famílias, saudando todos aqueles que, no presente ou no futuro, contribuem ou venham a contribuir para o Desenvolvimento e a Justiça Social em Portugal, dando especial relevo a todos aqueles que vivem e/ou trabalham no Concelho de Almeirim. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

TRÊS - Apelar à participação de todos nas comemorações do dia primeiro de Maio, em defesa dos seus direitos, e por melhores condições de vida e de trabalho. -----

GUSTAVO COSTA (Grupo do PS) »» Esta data merece uma atenção especial. O Mundo do Trabalho está a mudar. Esta epidemia veio comprovar isso mesmo. Muitas das relações laborais, são substancialmente diferentes, onde se inclui o teletrabalho. ----- Para terminar, referir que esta data, assinala, o início de um novo período de nas restrições impostas pela pandemia. -----

----- * **Votação do Voto de Saudação relativo ao Dia do Trabalhador** - APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, com vinte e cinco votos. Vinte do grupo do PS, Três do grupo da CDU e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos agora ao Período da Ordem do Dia. ----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**(artigo trinta e quatro do Regimento)**-----

PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, para fazer a sua introdução, relativa à Informação escrita.

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Boa noite. -----

A informação que se encontra distribuída, resume a atividade do município nas últimas semanas. As questões ou dúvidas que possam surgir durante as intervenções dos senhores deputados, são prestadas no final, caso a digníssima Assembleia concordar. --

PAULO COLAÇO (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos presentes. -----

Na informação escrita, na página três, é referido que foi rececionado um barco multifunções para a realização da Vala de Almeirim. Refere ainda que se aguarda a construção de um reboque e de formação para os tripulantes/operadores. A nossa questão é saber o seguinte; Qual o tipo de formação? E, qual a data do início da limpeza. Na página seis, no que diz respeito à Educação, refere que se continua com os colaboradores nas escolas e jardins-de-infância do Concelho, para reforçar o apoio social do quadro. A nossa questão, é para saber de que colaboradores são e qual o seu vínculo laboral? -----

Na página sete, no que diz respeito à Proteção Civil, informa que se realizaram ações para a retirada de ninhos de Vespa Asiática e visitas a locais onde se verificou o avistamento destas espécies invasoras. -----

Gostaríamos de saber como e quem procedeu à retida destes ninhos? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sobre a mobilidade, informa que foram feitas mais subscrições para acesso às bicicletas “ALGIRA” e uma renovação. O que o Grupo da CDU pretende saber é o seguinte; Quantas pessoas já fizeram a inscrição, para obtenção do cartão de acesso, e o ponto de situação em relação à sua utilização. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo mais inscrições para este período, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder o que lhe for possível. --

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Boa noite. -----

Sobre a limpeza da Vala de Almeirim, estamos a preparar uma formação para os operadores do equipamento. Essa formação vai ser prestada pela empresa de venceu o concurso do fornecimento do barco A formação é dirigida a trabalhadores da autarquia. O reboque para o seu transporte está quase finalizado, para ser rececionado pela Câmara. -----

Em relação ao reforço de recursos humanos, foi feito, observando o rácio exigido pelo Ministério da Educação. Não são pessoas do quadro do município, mas sim, pessoas dos programas do IEFP. -----

Sobre os ninhos da Vespa Asiática, por norma são identificados os locais através de pessoas que nos fazem chegar essa informação. A Proteção Civil avalia cada caso, que depois encaminha para uma empresa especializada, com a qual temos um contrato, e que procede à sua remoção. -----

Sobre as ALGIRAS, nestes momento não tenho os números, mas ronda os setenta utilizadores regulares. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Terminadas as intervenções neste ponto, e antes de passarmos aos pontos seguintes, deixe-me congratular com um atividade recente do município de Almeirim: Na verdade, esta iniciativa, vai-nos permitir entregar a quem vier depois de nós um pouco mais verde. Estou-me a referir à replantação de árvores no segundo troço da circular urbana, na Zona Industrial. Aproveito para desejar, que esta ação seja repetida e outros pontos, na cidade e nas freguesias. -----

DOIS – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E VINTE, DE PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E VINTE, BEM COMO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS; -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

NUNO FAZENDA (Grupo INOVAR ALMEIRIM PPD/PSD-MPT) »» Boa a noite. -----

Analisando o documento, e à semelhança dos outros anos, farei apenas algumas sobre o documento. -----

Gostava de assinalar alguns aspetos do relatório de gestão. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Comparativamente com os anos anteriores, este relatório de gestão está mais “pobre” na forma como os assuntos são apresentados, nomeadamente os comparativos das contas, relativamente ao ano anterior, não em termos de quadros, mas de descritivo. -----

Abordando o documento em concreto, e começando pelos cometários emitidos pelo auditor, nomeadamente a certificação legal das contas, onde apresenta uma reserva e uma enfase. No passado, já tinha tecidos alguns comentários a este propósito, e agora volto a fazê-lo. Este facto resulta de o município não ter aplicado o método de equivalência patrimonial na valorização da participação societária, no que diz respeito às Águas do Ribatejo. -----

Sobre o exposto, que explicação é que o Executivo pode prestar para manter esta divergência assinalada pelo auditor e quais as medidas que tenciona tomar para corrigir esta situação? -----

Continuando, para além de uma enfase, este ano existem também uma reserva, que resulta igualmente à participação societária nas Águas do Ribatejo, e assenta no valor de cerca de trezentos e cinquenta e dois mil euros. -----

Independentemente da opinião que o Executivo Municipal possa ter, o seu relatório refere que a sua opinião não é modificável sobre a matéria em causa. -----

O que eu quer transmitir na minha intervenção, é que a manter-se o mesmo procedimento, sabemos que no próximo ano serão apresentados pelo ROC iguais reservas e enfases. -----

Entrando no relatório de prestação de contas, incidindo no relatório de gestão, temos de tecer dois ou três comentários. -----

O que quer dizer com isso, verificou-se efetivamente uma de execução de sessenta e cinco por cento da despesa. Ou seja, catorze milhões de euros realizados, versus vinte e um milhões, orçamentados. O que denota uma taxa de execução bastante baixa. Conseguimos verificar que as sessenta e cinco por cento de execução de dois mil vinte comparam, por exemplo, com setenta e nove por cento em dois mil dezanove e oitenta e seis por cento em dois mil dezoito. A taxa de execução tem vindo a diminuir nos últimos anos, tanto depois que não seja efetivamente só o efeito da pandemia, até porque esta tendência já vinha de trás. -----

Na nossa opinião entendemos que devia ser o contrário. Porque o facto de ter sido ano passado um ano com problemas devido à COVID, devia ter sido alocada verba em determinadas situações, no fundo de apoio às populações, o que não aconteceu. E, o que se verificou foi exatamente o inverso. A variação da despesa no fundo da Câmara, a justificação indica, é que a despesa da Câmara assenta em obra. Atendendo que o ano passado não houve a execução dessa obra. Portanto, a despesa não se realiza. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A receita cifrou em oitenta e quatro vírgulas noventa e sete por cento de execução, não apresentando um desvio tão significativo à prevista. Ou seja, a execução foi dezoito milhões e meio, quando estava previsto de vinte e um vírgula sete milhões de euros. Portanto, no fundo que verificamos é que relativamente a dois mil e dezanove, a receita aumentou quatro por cento, ou seja, dezoito vírgula quarenta e nove milhões em dois mil vinte e dezassete milhões em dois mil dezanove. Mas a despesa pelo seu lado, o envolvimento de dois mil dezanove caiu seis por cento, ou seja, de quinze milhões para catorze milhões. Aumenta a receita do município, mas a despesa tem vindo a baixar de ano para ano. -----

Temos assim, de forma recorrente, que nos últimos anos mais receita, mas menos no de despesa. A pergunta que faço é a seguinte; Qual a estratégia do Executivo? O que explica tamanha redução na execução da despesa? Para além da questão, que os rendimentos foram só para obras de infraestruturas. Se elas não se fizerem é óbvio que o dinheiro, se calhar, não se gasta. Essa é uma explicação óbvia, mas há outras que poderiam ter igualmente importantes. -----

Vemos que existe um saldo de gerência de quatro milhões, trezentos e trinta e sete mil euros. Na nossa opinião se traduz num saldo elevado, bastante elevado. Já no ano passado, se verificava que existia um saldo de gerência, dois milhões e seiscentos mil euros. Pelo que consideramos bastante este ano, quatro milhões e trezentos. Porém, muito mais será se olharmos para dois mil dezoito. Tudo isso é um reflexo do saldo que está a aumentar. Que vai acumulando de ano para ano. Volto a fazer pergunta; Qual é o objetivo do Executivo com para esta matéria? -----

Relativamente à execução orçamental da Receita. Noutros anos tínhamos i abordados alguns, algumas rubricas da receita com impacto para a população, nomeadamente a questão dos impostos diretos, que no fundo, tem um peso assinalavam nas receitas do município, representando vinte e dois por cento. Verifica-se contudo, que existe uma redução no valor desta rubrica em cerca de trezentos mil euros, relativamente a dois mil dezanove. Ou seja, no ano passado, cifrava-se em vinte e oito por cento este ano. Este ano foi a volta de vinte e dois cento. -----

Podemos afirmar que que efetivamente, e analisando estes números, assim como eu estou a dizer de forma fria. Podemos dizer que em ano de crise efetivamente foram pagos percentualmente menos impostos pelos cidadãos. Sabemos que depois, esta redução de impostos foi compensada, uma dotação especial do Estado. O presidente acabou depois até fazer o orçamento retificativo. -----

Nesta minha abordagem, não posso quantificar, relativamente à questão de impostos que os cidadãos liquidaram, em termos de IMI e IRS, porque, como referi no início; no



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

passado, estes elementos estavam mais facilmente visíveis no documento e agora teria de ir de folha em folha, para poder fazer contas de modo a apurar onde efetivamente os cidadãos/municípios acabaram por pagar menos impostos, resultado da crise. -----

Se sou Presidente da Câmara conseguir nesta matéria fazer alguma leitura sobre este aspeto seria interessante. -----

Relativamente ao plano Plurianual de investimentos, também ele não está detalhado no documento. -----

De uma maneira geral, de forma macro, dá para perceber em termos de despesa e em termos de receita, como é que o Executivo tem evoluído nestes últimos anos. A pergunta é se efetivamente o objetivo é continuar assim? Ou será mais para que a despesa e receita fiquem mais equilibradas? Como diz o próprio documento, o Município também não tem por objetivo o dar lucro, portanto, é o equilíbrio das contas. E esse equilíbrio das contas quer se com que efetivamente as receitas, depois sejam utilizadas e gastas em prol de situação dos cidadãos, ano após ano. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou agora a palavra ao Grupo da CDU. -----

COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos presentes, novamente. -----

Relativamente a este ponto, dizer o seguinte; Um ponto prévio - Gostaria de referir que alguns dos mapas que recebemos da prestação de contas são de muito difícil leitura ou mesmo elegíveis tanto no formato digital como impressos. Exemplo Os mapas referentes ao PPI, quase que não se consegue ver absolutamente nada. -----

Já em dois mil vinte fizemos referência a esta situação, mas mantém-se. O que provavelmente não será fácil de corrigir, mas fica mais uma vez referência e o pedido para se encontrar uma melhor solução.

Entrando agora na análise da informação da prestação de contas do ano dois mil vinte. Queremos deixar aqui algumas observações sobre os números com mais significado, alguns positivos, outros não tanto. Nos positivos, destaque para a execução orçamental da receita, com oitenta e cinco por cento. Nos menos, na execução da despesa, com sessenta e cinco por cento e a execução do PPI, com cerca de quarenta por cento. -----

Sobre a receita; referir a diminuição com algum significado nos impostos cobrados na venda de bens e serviços, compensada de certo modo com o saldo de gerência de dois mil dezanove. -----

No entanto, menos três milhões, duzentos e sessenta e nove quatrocentos e setenta e cinco euros que o previsto. -----

Sobre a despesa, verifica se uma descida com significado, relativamente anos anteriores, baixa de cerca de quinze ponto relativamente ao ano anterior, setenta e nove e meio para sessenta e cinco e dois mil dezanove já tinha sido pior registo atual mandato autárquico



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Gastaram-se menos sete milhões, seiscentos e seis mil euros do que o previsto. Outro número significativo é o saldo de gerência, com o valor de quatro milhões de trezentos e trinta e sete zero quinze, decorrente dos números de execução que referimos anteriormente. Este saldo, contribui, no entanto, com uma melhoria assinalável do resultado líquido que, embora se mantenha negativo, recupera face aos anos anteriores. Porém, neste caso, o que seria a partida um dado a valorizar, o mesmo decorre da fraca taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos. -----

Bem, sabemos que o ano foi atípico, que os efeitos da pandemia se fizeram e continuam a fazer sentir. Também sabemos que nem sempre é fácil executar o que se prevê para o PPI, pois as obras estão dependentes de vários fatores que não podemos controlar. Mas pensamos que se poderia e devia ter ido um pouco mais além. Há atrasos que resultam de análises mal alicerçadas dos projetos, que será o caso, por exemplo, da obra de requalificação do antigo IVV. -----

A taxa de execução do PPI tem vindo a descer ano após ano. Foi de oitenta por cento em dois mil dezoito, sessenta e sete por cento em dois mil dezanove e quarenta por cento em dois mil vinte. -----

Damos conta da apreciação que fizemos sobre os números gerais fornecidos pelo Executivo Municipal nos documentos de Prestação de Contas de dois mil vinte. Sobre o estado contabilístico, não nos cabe a nós fazê-lo. Avaliamos apenas o Relatório e parecer do Revisor Oficial de Contas e a Certificação Legal de Contas, elaboradas também pelo ROC. -----

Finalmente, gostaria de chamar a atenção daquela questão que o deputado Nuno Fazenda referiu. Ou seja, o documento da certificação, refere o ROC, uma reserva e uma ênfase. -----

Pensamos que continua a ser a questão das Águas do Ribatejo, questão já levantada em anos anteriores. No entanto a nossa bancada gostaria que voltar a ser esclarecida.

Para finalizar, diríamos que consideramos ter uma boa execução orçamental da receita, uma razoável execução da despesa e uma má execução do PPI. E, continuamos a ter uma reserva na certificação legal das contas. Consideramos, no entanto, que no essencial as contas refletem claramente a atividade do município em dois mil vinte, um ano difícil pelo votaremos favoravelmente os documentos de prestação de contas. Que o executivo nos apresenta. -----

CARLOS MANUEL RUSSO MOTA (Grupo do PS) »» Boa noite aos presentes. -----

Presentes para apreciação e votação os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de dois mil e vinte. -----

A primeira palavra do preço vai para a secção de contabilidade, confrontada com o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

sistema de normalização contabilística para a administração pública, onde esteve bem presente o significado da palavra resiliência. Tantas vezes necessário distinguir se era “o pé que se tinha de adaptar à bota, ou será bota que tinha que se tinha de adaptar ao pé”. O rigor dos números vem apresentado na demonstração do desempenho orçamental na demonstração de execução orçamental da receita e na demonstração de execução orçamental da despesa. Fora de qualquer carga política a apresentação de contas apenas um documento técnico. A carga política poderia ter sido aplicada em sede do orçamento para um ano de eleições ou proximidades delas. Eleições autárquicas, entenda-se, mas sempre estiveram fora de questão as políticas eleitoralistas, optando-se sempre pela objetividade, pelas prioridades, pelo bem-estar de pessoas e bens e pelo limiar das assimetrias entre a sede do Concelho e as freguesias. -----

Referimo-nos agora ao balanço que apresenta no ativo o valor de setenta milhões quatrocentos e dezasseis mil quinhentos e cinquenta e três, trinta e oito, onde predominam os ativos fixos, tangíveis, e um passivo no valor de oito milhões, duzentos e noventa e nove mil quatrocentos e cinquenta e nove, setenta e três, ainda assim com suporte pesado de financiamentos obtidos. -----

O tratamento deste número, indica o valor percentual de quatro vírgula quinze, tanto para a liquidez geral como para liquidez reduzida, com um aumento significativo em relação ao ano de dois mil dezanove. O mesmo acontecendo com rácio de liquidez imediata, o que significa que o Município de Almeirim se encontra de boa saúde financeira e que poderá continuar a hastear a bandeira com a indicação de apenas dois dias de prazo para pagamento a fornecedores. -----

As contas de dois mil e vinte foram encerradas com um resultado negativo de sessenta e quatro mil quinhentos e oitenta e um setenta e seis. Mas, refira-se que nunca foi o lucro o principal objetivo do Município de Almeirim. -----

Por último, uma palavra para a execução da receita e da despesa. Se a despesa é quase sempre certa, a receita é preciso ser perseguida. Quantas horas lhe devemos senhor presidente? Quantas horas sem dormir para que as verbas chegassem em tempo útil? Muito obrigado senhor Presidente. Muito obrigado a toda a variação pelo esforço desenvolvido durante o exercício para que fossem possíveis os números que agora se apresentam nos documentos que estão para votação. -----

Pelo que ficou dito a bancada do Grupo do Partido Socialista irá votar favoravelmente o ponto dois da ordem de trabalhos que diz respeito à “apreciação e votação dos documentos de prestação de contas referente ao exercício dois mil e vinte, propostas de aplicação do resultado líquido dois mil e vinte bem, assim como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Se não existirem mais pedidos de intervenção por parte dos seus deputados, dava a palavra ao seu presidente para fazer as considerações que entender. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Muito obrigado. -----

Sobre as reservas no relatório, pedia autorização ao Senhor Presidente da Assembleia para que o Revisor Oficial de Contas que se encontra na sala, nos informe das razões da reserva e da enfâse. -----

De qualquer forma, queria começar por aí. A Reserva é uma reserva, mas ao contrário, portanto, é algo a dizer que nós não colocamos nas contas a verba que deveríamos colocar. Geralmente estas coisas funcionam ao contrário. Mas disso disso poderá dar nota o ROC. Este assunto, não é uma questão do Executivo. Nós podemos vir a pedir um parecer a quem nos tutela nestas coisas. No entanto, os nossos serviços são de um entendimento, pelo que não é o Presidente da Câmara, nem a nenhum dos Vereadores que vai dizer aos serviços que agora tenham um entendimento diferente. Até porque os serviços também são naturalmente responsáveis pelos documentos que estamos a apreciar. -----

Porém, o revisor tem outro entendimento, sendo que, na prática, o que estamos a falar é de nós não contabilizamos já estes resultados, contabilizamos depois naquilo que são os resultados em junho, que entretanto regressam a esta Assembleia. Sendo que nós também temos uma divergência com o Tribunal de Contas. Nós entendemos que não faz sentido nenhum ter contas consolidadas porque nós não temos nem somos dominantes em nenhuma das empresas onde estamos. Mas, o Tribunal de Contas interpreta, a Lei de outra maneira, e diz que temos que ter resultados consolidados para isto. Mas o que podemos vir a fazer? Como digo, é junto da CCCR, ou junto da DEGAL, pedir aqui alguns esclarecimentos, para que possamos ou não ir de encontro aquilo que é os entendimentos que o revisor defende. -----

Em relação à execução da receita e da despesa. -----

A execução da receita é onde naturalmente, nós tivemos menos impostos, houve, nomeadamente, aquele que é o mais evidente que tem a ver com as questões do IMT, por exemplo, mas também a outras taxas. Se a menos construção, se as feiras não funcionam, se os mercados não se realizam.... Portanto, há um conjunto de receita da Câmara que foi “perdida” no ano passado, fruto daquilo que foi o ano de dois mil vinte. E aí também está associado. E isto está depois, também relacionado com a própria despesa. Tem a ver com as questões dos fundos comunitários e naturalmente em obras que é preciso executar. E o ano passado foi como toda a gente compreenderá, um ano de muita dificuldade, quer para autarquia, quer para as empresas. E, portanto, a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

produtividade no País, como é óbvio, diminuiu drasticamente. Havia um conjunto de obras, o que nós queríamos que tivessem andado mais depressa que não andaram. Aliás, nota disso é o ponto a seguir. Dou como exemplo o seguinte caso; A Escola do Canto do Jardim estava pronta para se iniciar a obra, estava tudo assinado. Porém, nós não começamos a obra porque o agrupamento escolas nos solicitou e nós fomos sensíveis a isso. A questão de não se mudar os miúdos, deixando de chegar ao fim do ano letivo, para depois começarmos. Portanto, o que acontece é que nós já deveríamos estar a executar a obra. -----

Com a execução da obra, já deveríamos estar a fazer os pagamentos e o recebimento. E a verdade é que isto vai deslizar para o próximo ano. E isso aconteceu em várias obras. A obra da circular é outro exemplo. Era suposto ter começado no verão, foi atrasando, foi atrasado, foi atrasado e começou em dezembro ou em janeiro já nem recordo. E, portanto, há neste momento, por parte dos empreiteiros, uma enorme dificuldade em executar estas obras. Portanto, isto faz com que efetivamente exista esta diferença. -----

No ano passado, alocamos um conjunto de verbas para a saúde, que no nosso entender era importante, devido ao momento que se atravessava devido à pandemia. Mas ao mesmo tempo, também prestamos apoio logístico, material entre outros. -----

A última distribuição que fizemos foi de cem mil máscaras cirúrgicas. Foram umas centenas de litros de álcool gel. Pedimos às IPSS na altura do primeiro confinamento, os valores gastos a mais e apoiamos financeiramente, com esses valores. Temos vindo a articular com a saúde o nosso apoio constante. Aliás, basta perceber o que se passa com o centro de vacinação que se não fosse naturalmente a Câmara, nada daquilo era possível daquilo que tem a ver com o apoio. Obviamente que os médicos, enfermeiros estão a prestar o seu serviço. Mas nós temos onze pessoas alocadas, aquele centro de vacinação, para além de todo o apoio logístico de material que diariamente é necessário no local. -----

Penso que a explicação, de certa forma, prestada. Não esquecendo os aspetos relacionados com a receita, com a despesa com o PPI, nomeadamente a despesa do Estado, naturalmente relacionada com o PPI. E esta questão das vendas de bens e serviços de impostos são menores, porque claramente o ano foi perfeitamente atípico. O exemplo do ano atípico é o ponto a seguir, em que nós temos que transferir algumas, algumas verbas não são como são obras que acabaram por ter mais reflexo no ano próximo ano do que no de dois mil e vinte e um. -----

Portanto, volto a dizer, um ano de muitas dificuldades. Eu recordo de estar aqui numa Assembleia Municipal em fevereiro, a dizer que nós iríamos ter um ano difícil. Eu acho que ninguém acreditava, quanto difícil iria ser. Aliás, toda a gente quando foi o final do



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ano, dizia assim em dois mil vinte e um vai ser um espetáculo. Acho que o próximo já ninguém vai dizer o mesmo sobre dois mil vinte e dois, porque efetivamente nós vivemos tempos em que nos temos de reinventar. Hoje há uma esperança completamente diferente daquilo que tem a ver com a vacinação, e o conhecimento que temos da doença. Para terminar, espero que quem estiver para o ano à frente da Câmara, possa ter um saldo diferente, que permita mais execução do que receita. Sinal que há um conjunto de intervenções que estão a ser feitas. -----

Sobre as reservas e as ênfases, pedia autorização para que o Revisor Oficial de Contas nos informe das suas razões. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou agora a palavra ao Revisor Oficial de Contas.

ROC – Revisor Oficial de Contas (João Careca) »» Boa noite a todos. -----

Gostaria de saudar todos os presentes e dizer que relativamente às reservas há uma coisa apeto que gostaria de esclarecer que é o seguinte; uma reserva na perspetiva do revisor e um desacordo com o critério contabilístico que foi utilizado. Uma ênfase, não é um desacordo é uma concordância, é uma concordância com o procedimento que foi utilizado. E, portanto nós estávamos em desacordo com aquilo que foi feito no ano passado relativamente à contabilização dos resultados das Águas do Ribatejo. E na enfase o que dizemos é que estamos de acordo porque se contabilizou aquilo que não estava contabilizado no ano anterior. -----

Na reserva, de facto existe uma divergência técnica, que nada tem a ver com uma questão de natureza por parte do Executivo sobre a orientação da forma como contabilizar etc. Até porque nestas circunstâncias é como está na reserva. Na parte final da reserva, caso tivessem sido contabilizados os valores correspondentes aos resultados das Águas do Ribatejo os resultados aumentariam de quatrocentos e dezassete mil euros o resultado do exercício. Ora isto o que é que faria? Um aumento do resultado do exercício de quatrocentos e dezassete mil euros, faria com que aquilo que se diz que é um resultado negativo e que está registado como um resultado negativo de sessenta e quatro mil euros passasse a ser um resultado positivo. Portanto não estaríamos numa situação de apresentação de resultados negativos mas sim de resultados positivos. -----

Aliás isso já aconteceria também no ano de dois mil e dezanove, porque o valor dos resultados apresentados pelas Águas do Ribatejo também foram superiores àquilo que era o montante do resultado negativo das Águas do Ribatejo. Isto na nossa perspetiva faz virar digamos, aquilo que se costuma dizer, o resultado negativo para um resultado positivo. Na nossa opinião, quando se diz que não, a “nossa opinião não é modificada” no caso das ênfases, nós estamos a dizer que concordamos com o procedimento e obviamente se concordamos com o procedimento adotado não modificamos a nossa



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

opinião por força disso. É nesse sentido que dizemos que a opinião não é modificada sempre a seguir a uma ênfase. Porque de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre existe uma ênfase é obrigatório a colocação desta expressão porque essa é a ênfase não é uma alteração da opinião expressada anteriormente, é uma concordância com a opinião essa que tinha uma reserva anterior mas aquela ênfase não faz modificar a nossa opinião. Basicamente era isto tinha para informar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Deixo agora em aberto a possibilidade de novas intervenções, em face das explicações do ROC. -----

NUNO FAZENDA (Grupo INOVAR ALMEIRIM PPD/PSD-MPT) »» Eu percebo a sua explicação e percebo o que quer dizer com a ênfase. No fundo andamos à volta, tipo “pescadinha de rabo na boca”, como é uso dizer-se. Das duas uma, pela lógica eu estou a falar pela lógica ou o Executivo apresenta o seu relatório e vai apresenta-lo sempre assim. Ou então que o doutor está a dizer que faria sentido apresentar um relatório só após a consolidação consolidada. Após a consolidação, o que a Câmara vai fazer não é mais nem menos do que contabilizar a respetiva verba, e quando contabilizar a respetiva verba vem no ano a seguir dizer, pronto já foi contabilizado. -----

Existem aqui dois tempos diferentes, que é o relatório individual e o relatório consolidado. No fundo um é que distingue a divergência um do outro. Ora perante isto, pergunto eu faria sentido as autarquias apresentarem sempre relatórios consolidados? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Verificando que não existem mais intervenções, passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto dois da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, os documentos de Prestação de Contas referentes ao Exercício de dois mil e vinte, de proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício de dois mil e vinte, bem como Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, com vinte e cinco votos a favor, vinte do grupo do PS, três do grupo da CDU e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo declarações de votos, passamos ao ponto seguinte da Ordem de trabalhos. -----

TRÊS – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DE DOIS MIL E VINTE E UM; -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----
Dou agora a palavra ao senhor Presidente para fazer a introdução do ponto relativo a este assunto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este ponto aborda duas rubricas, onde se inclui as obras do Canto do jardim, que vai executar menos que o previsto. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Significa, que esta verba necessariamente necessita de ser reforçada no próximo ano. O mesmo acontece com a Escola Básica de Fazendas de Almeirim. Lançamos um procedimento, porém este procedimento ficou deserto, pelo que tivemos e fazer outro. –

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo inscrições para a discussão deste ponto, passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto três da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento de dois mil e vinte e um, com vinte e cinco votos a favor, vinte do grupo do PS, três do grupo da CDU e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo declarações de voto, passamos aos pontos seguinte. Ou seja, ponto quatro. -----

QUATRO – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO “REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO”, APÓS DEBATE PÚBLICO; -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Peço agora ao Senhor Presidente da Câmara para nos informar a razão deste assunto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este assunto surge, porque no âmbito da CIMLT, temos vários grupos de trabalho, onde se inclui um grupo sobre urbanismo. Este grupo reúne-se todos os meses, onde vão propondo alterações e normas globais. -----

Esta alteração resulta de uma dessas propostas elaboradas pelo grupo, que pretende adaptar-se à legislação vigente. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» Neste ponto pede-se a apreciação de uma alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

O Senhor Presidente já nos disse quais as razões que motivaram a elaboração da proposta para a sua alteração. -----

Sobre o seu conteúdo não temos divergências significativas, no entanto, preocupa-nos as condições, os meios e a forma como o Município assegura a aplicação deste e outros Regulamentos. -----

Especial preocupação pela aplicação do artigo cinquenta, que trata de estufas de produção agrícola. Na nossa opinião este deve ser aplicado com rigor, aquando da instalação das estufas, mas também na remoção, o que não nos parece que esteja a acontecer atualmente. Também o artigo quadragésimo terceiro, que trata dos alinhamentos das edificações com a via pública. Numa volta pela cidade, especialmente por algumas freguesias, não nos parece que o Regulamento esteja a ser bem aplicado. -

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo mais intervenções, vamos passar à votação. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- * **Votação do ponto quatro da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta de alteração ao “Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação”, após debate público, com vinte e cinco votos a favor, vinte do grupo do PS, três do grupo da CDU e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existido declarações de Votos, passamos à votação do ponto seguinte. -----

CINCO - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E A FREGUESIA DA RAPOSA, E OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL; -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. --

PRESIDENTE DA CÂMARA »» As razões deste ponto são explicadas na proposta, pelo que não tenho muito mais a acrescentar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo inscrições, passamos à sua votação respetiva. -----

----- * **Votação do ponto cinco da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta de alteração ao contrato interadministrativo, celebrado entre o Município de Almeirim e a Freguesia da Raposa, e obtenção de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual, com vinte e cinco votos a favor, vinte do grupo do PS, três do grupo da CDU e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT).

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existido declarações de voto, passamos à apreciação do ponto seguinte, ou seja o ponto seis. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este ponto resulta de uma proposta dos Serviços de Recursos Humanos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» A composição dos júris, para os concursos de pessoal dirigente das Câmaras Municipais, obedece a uma Lei, que é a Lei quarenta e nove de dois mil e doze, onde é referido claramente que as pessoas designadas devem possuir reconhecimento de mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal. Não temos dúvidas que as pessoas propostas possuem estas qualidades, no entanto, pensamos, uma vez que temos de deliberar sobre a nomeação da composição do júri com as pessoas já identificadas. Pensamos que a proposta deveria podia trazer um pequeno curriculum do respetivo percurso profissional de cada elemento. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo mais inscrições, passamos à sua votação. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- * **Votação do ponto seis da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta do júri para recrutamento de cargo de direção intermédia de 3.º grau, na área de administração pública e autárquica para a Unidade Orgânica Flexível de 3.º Grau de Administração Geral e Atendimento, com vinte e cinco votos a favor, vinte do grupo do PS, três do grupo da CDU e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existido declarações de Votos, passamos à apreciação do ponto sete. -----

SETE - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À FREGUESIA DE ALMEIRIM PARA AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL E EQUIPAMENTOS FITNESS PARA A TAPADA; -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este subsidio é para a remodelação e instalação de novos equipamentos no parque infantil da Tapada, junto à igreja . -----

COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» Sobre este assunto o Grupo da CDU congratula-se com a instalação deste equipamento, e com a decisão de o remodelar. -----

----- * **Votação do ponto sete da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta da atribuição de um subsídio à Freguesia de Almeirim para aquisição de parque infantil e equipamentos fitness para a Tapada, com vinte e cinco votos a favor, vinte do grupo do PS, três do grupo da CDU e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos agora à apreciação do ponto oito. -----

OITO - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE DOIS MIL E VINTE E UM. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » Esta alteração destina-se ao reforço de pessoal operário para o Município. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições -----
Não existindo inscrições, passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto oito da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta da 2ª alteração ao mapa de pessoal de dois mil e vinte e um, com vinte e cinco votos a favor, vinte do grupo do PS, três do grupo da CDU e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos ao ponto seguinte. -----

NOVE - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DE ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Peço ao Senhor Presidente que faça a explicação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA »» É um relatório das ARU's, que é apreciado regularmente na Assembleia, com o objetivo de observar as obrigações nos termos da Lei. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

COUTINHO LOPES (Grupo da CDU) »» a nossa intervenção é para solicitar um comentário, sobre os locais onde as intervenções se verificaram. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Neste momento não tenho essa informação. Posso pedir aos serviços e fazer-lhe chegar a informação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo mais intervenções sobre o relatório da ARU, passamos a apreciar e votar o ponto dez se a Assembleia entender que o devemos fazer, uma vez que ele resulta do mesmo assunto que foi votado e apreciado na última Assembleia. Verifico que este assunto mereceu a aprovação na última sessão, pelo que dispensa uma vota apreciação e votação. -----

Assim sendo, o ponto dez é retirado da Ordem de Trabalhos. -----

Passamos à apreciação e votação do ponto onze e último da Ordem de Trabalhos. -----

ONZE - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS, DOS MUNICÍPIOS DE ALMEIRIM, ALPIARÇA E CHAMUSCA PARA DOIS MIL E VINTE, DOIS MIL E VINTE E NOVE. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Esta abertas as inscrições. -----

Não existindo intervenções, passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto onze da ordem de trabalhos - APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA**, o Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dos Municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca para dois mil e vinte, dois mil e vinte e nove, com vinte e cinco votos a favor, vinte do grupo do PS, três do grupo da CDU e dois da coligação Inovar Almeirim (PPD/PSD.MPT). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições para intervenções, nem inscrições para o período do público, dou por terminada a sessão, desejando a todos uma boa noite. -----

Às vinte e três horas e seis minutos, do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, deu-se por encerrada a Sessão, lavrando-se para constar a presente ata, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da mesa. -

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,